DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 6365/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/7078/2015
PROTOCOLO	: 1595563
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO
JURISDICIONADO	: CARLOS ALBERTO DE ASSIS
CARGO DO JURISDICIONADO	: SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
INTERESSADO	: AUDENOR JOAQUIM DA CRUZ DE SOUZA
ÓRGÃO JULGADOR	: JUIZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

ATO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ATENDIDOS OS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS – PROVENTOS INTEGRAIS — ATOS LEGAIS E REGULARES – REGISTRO.

Trata-se do exame de Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição deferido pela Agência de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS, tendo como beneficiário o servidor **Audenor Joaquim da Cruz de Souza**, Matrícula nº 2687.021.

O ato concessório foi formalizado pelo Decreto "P" nº 1.404, de 23 de março de 2015, ora examinado, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 8.896, do dia 8 de abril de 2015 (fl. 68) e protocolizado, tempestivamente, nesta Corte de Contas no dia 16 de abril de 2015 (fl. 2).

Examinando o feito, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise ANA-ICEAP-25299/2016 (fls. 69/71), concluindo pelo registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado.

Submetido à apreciação do douto Ministério Público de Contas, este órgão ministerial exara o r. Parecer PAR – 2ª PRC – 5927/2017 (fl. 72) opinando pelo registro do ato de aposentadoria ora apreciado por atender aos requisitos legais.

É o que cabe relatar.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, II, do Regimento Interno aprovado pela

Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Versam os presentes autos sobre o exame do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária deferido pela Agência de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS, tendo como beneficiário o servidor **Audenor Joaquim da Cruz de Souza**, Matrícula nº 2687.021.

O ato concessório foi formalizado pelo Decreto "P" nº 1.404, de 23 de março de 2015, ora examinado, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 8.896, do dia 8 de abril de 2015 (fl. 68) e protocolizado, tempestivamente, nesta Corte de Contas no dia 16 de abril de 2015 (fl. 2).

Constam dos autos os requisitos básicos para a concessão do beneficio ora examinado consignados na Certidão de Tempo de Contribuição estando assim resumidos (fl. 45):

Tipo de Ato	Aposentadoria Voluntária – ida-de/contribuição
Tempo de Contribuição	30 (trinta) anos, 1 (um) mês e 1 (um) dia
Cálculo dos Proventos	Integrais

Instada a se manifestar a Agência de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV oferece o seu posicionamento pelo deferimento do pleito mediante a seguinte proposição (fl. 62), *verbis:*

> Assim, sugerimos a concessão da aposentadoria voluntária na forma postulada a requerente, **com fundamento no § 1°, do art. 41, da Lei n". 3.] 50, de 22 de dezembro de 2005, c/c o § 1", do art. 147, da Lei Complementar n°. 114, de 19 de dezembro de 2005, c/c o inciso II, aUnea 'a', do art. 1*", da Lei Complementar Federal n". 51, de 20 de dezembro de 1985 na redação dada pela Lei Complementar n". 144, de 15 de maio de 2014, cujos proventos integrais serão pagos na forma do art. 78 da Lei n". 3.150, de 22 de dezembro de 2005**,

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal após percuciente análise dos documentos que instruem o feito concluiu pelo registro do ato ora apreciado, nos seguintes termos (fl. 70), in verbis:

> **5 – DO DIREITO E SEU FUNDAMENTO**
>
> A aposentadoria está fundamentada no § 1º, do art. 147, da Lei Complementar 114, de 19 de dezembro de 2005, combinado com o art. 1º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar Federal n. 51, de 20 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar n. 144, de 15 de maio de 2014, e art. 78, da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, conforme o Decreto "P" n. 1.404/2015, publicado no D.O n.

8.896, de 08 de abril de 2015, pág. 067.

[..]

7 – DA CONCLUSÃO

Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual sugerindo o Registro da presente Aposentadoria Voluntária.

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado com o consequente registro do ato em apreço, nos seguintes termos (fl. 72), *verbis:*

> Pelo exame do feito, denota-se que foram cumpridas as exigências preconizadas nas normas constitucionais, legais e regimentais desta Corte, razão pela qual este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico supra e com fulcro no inciso I, artigo 18 c/c o inciso II, artigo 34, ambos da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, pronuncia-se pelo registro do ato de pessoal em apreço.

Assiste razão ao eminente Procurador de Contas tendo em vista que conforme testemunha o Corpo Técnico o ato de aposentadoria ora apreciado evidencia que foram observadas as disposições legais regedoras da matéria, estando regularmente formalizado e apto, portanto, a produzir os efeitos a que se destina.

Diante do exposto, acolho a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento nos arts 21, III e 34, II, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c os arts. 4º, III, "a", 10, I e 173, I, "b", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – Pelo **REGISTRO** do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária por idade e tempo de contribuição com **proventos integrais**, amparado nos arts. 41, §1º e 78, da Lei Estadual nº 3150/2005 c/c o art. 147, § 1º, da Lei Complementar nº 114/2005 c/c o art. 1º, II, "a", da Lei Complementar nº 51/1985 com a redação dada pela Lei Complementar nº 144/2014, tendo sido observadas, portanto, as disposições constitucionais e legais, relativamente a servidora abaixo nominada:

SERVIDOR	CARGO
AUDENOR JOAQUIM DA CRUZ DE SOUZA CPF nº: 107.234.201-49 Matrícula nº 2687021 Quadro: Permanente	AGENTE DE POLICIA JUDICIÁRIA

2- pelo retorno à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para as

providências preconizadas no art. 174, §3º, II, "a", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 - É a decisão.

4 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

Campo Grande/MS, 28 de junho de 2017

Cons. Iran Coelho Das Neves
Relator